



"porã" duba; pergunta, notícia"

Jornal da Comunidade Universitária - PUCSP Ano VII 2/Agosto 1983

NOSSA CRISE

Finalzinho de junho. APUC já meio vazia, já meio em férias. Na noite de 23/6, um grupo de estudantes ameaça arrombar o setor da Reitoria, o que constrange o Vice-Reitor Antônio Severino a abrir as portas a fim de evitar violências irreversíveis. Alegavam os promotores da "invasão pacífica" que pretendiam chamar a atenção para o problema da evasão estudantil no 2º semestre, provocada pela impossibilidade de pagar o reajuste das mensalidades. Seguiram-se dias de intensa negociação, contraponteados por assembleias estudantis. Dia 28/6 a Reitoria foi desocupada. De concreto - além de um buquê de rosas sobre a mesa da Reitora -, ficaram decididos 5 pontos:

- Congelamento da 1ª parcela da semestralidade sem nenhum repasse
- Em agosto a comunidade universitária (profs. func. estud.) discute o novo reajuste para as 5 parcelas restantes
- Os alunos em débito farão sua matrícula e terão sua situação estudada por uma comissão paritária que discutirá a liquidação do mesmo.
- Os alunos participarão do Conselho de Administração e Finanças (CAF) com paridade.
- Desocupação imediata da Reitoria.

O PORANDUBAS recebeu de vários gabinetes e das sedes das entidades, informações julgadas básicas para a compreensão de nossa crise interna. Também foram dadas as interpretações das principais representações de nossa comunidade.

Que este material provoque o debate e sirva para a mobilização e tomadas de posição dos vários setores, inclusive a serem manifestas neste jornal.

A Redação

Palavra da Reitoria

"O momento delicado por que passa o Brasil, e também a Universidade Brasileira, está a exigir de nós, que vivemos na PUC, uma postura de diálogo e não de confronto. Evidentemente, não esperamos que as pessoas e grupos deixem de lado suas convicções, mas o discernimento é necessário, a fim de que não fique comprometido o Projeto Educacional da PUC ao longo da discussão de nossos problemas.

A Reitoria desta Universidade valoriza o movimento de co-participação que perpassa nossa comunidade, através das entidades representativas, através dos órgãos colegiados. Todo este processo faz da PUC uma instituição forte e dinâmica. Sabemos que esta caminhada para a democracia se depara com momentos de conflito, de dúvida, que irão sendo dissolvidos através da discussão conjunta, na qual é preciso evitar a todo custo o vício do corporativismo.

Sentimos que a democracia também é um desafio pedagógico que vale a pena encarar. Contudo, como falta à nossa sociedade uma tradição democrática, só mesmo na sua prática e através de acertos e erros é que se abrirão novos caminhos. Rejeitamos assim, a posição fechada de quem advoga que "democracia é o atendimento por parte do outro à minha reivindicação".

Neste processo árduo e cheio de contradições, a alguns pode ocorrer a impressão de perda de rota. A este respeito, a Reitoria está tranquila, pois em sua preocupação constante com os rumos da PUC, apresenta um critério sólido de avaliação: a melhoria crescente de nosso padrão científico e de ensino, é o principal fruto de nossa democracia interna.

Contudo, a manutenção deste rumo está exigindo de nós todos o máximo de bom-senso, de cabeça-fria. A Reitoria confia no discernimento de quem aqui estuda e trabalha, na sua capacidade de articulação na busca de soluções comuns. Quanto à tarefa de condução da PUC, nossa preocupação tem sido a de — através de novas normas, como o novo Estatuto, e de estruturas mais ágeis — sedimentar as bases para o trabalho da próxima gestão. Sentimos que o que nos legitima é nossa preocupação em evitar a demagogia, o continuísmo ou a proteção de interesses particulares.

O esforço desta Reitoria tem sido o de dar continuidade ao Projeto Educacional da PUC e sobre sua situação atual, ressaltamos alguns pontos:

1 — **DEMOCRATIZAÇÃO:** estamos chegando a um ponto culminante de uma nova consciência política da comunidade universitária, expressa no Projeto do novo Estatuto. Se aprovado pelas autoridades educacionais, sua implantação abrirá amplo espaço de atuação e participação a toda nossa Universidade.

2 — **QUALIDADE DE ENSINO:** estamos conscientes de que é preciso formar bons profissionais, mas é também necessário incrementar continuamente a qualidade profissional de nossos docentes e dos conhecimentos por eles transmitidos. Nesta década de 80, sem abandonar a busca de melhor ensino, pretendemos que se coloquem como prioridades do trabalho universitário a pesquisa científica e os serviços à Sociedade Civil e a Comunidade Populares.

Contudo, pesquisa e serviços — condições básicas para o ensino de qualidade — exigem recursos extraordinários, pois as mensalidades pagas atualmente só cobririam o custo do trabalho de docentes em início de carreira e de qualificação.

3 — **ADMINISTRAÇÃO COMO INSTRUMENTO:** paralelamente à nossa política educacional existe o esforço de se realizar um estilo mais adequado de trabalho administrativo e financeiro. Assim, foi criado um novo órgão colegiado — o Conselho de Administração e Finanças —, foi implantado um Orçamento-Programa e um Plano de Cargos e Salários, foram estabelecidas as bases de uma Política de Contratação e Promoção de professores e funcionários.

Além disso, vêm sendo desenvolvidos enormes esforços no levantamento de verbas e no estabelecimento de convênios junto à área governamental, tanto a nível federal, como estadual e municipal.

Enfim, pode ser que a não-lucratividade da PUC nos valha a acusação de "administração ruim". Estamos conscientes de que não optamos por um caminho de rotina em educação e sabemos que o elemento financeiro é meio para realizar esta tarefa.

Aqueles que lamentam ter que arcar com parte do déficit acumulado no passado, lembramos que este déficit representa um investimento em educação que está produzindo hoje muitos frutos de um melhor trabalho universitário".

A REITORIA

— POSIÇÕES DAS ENTIDADES —

APROPUC

“Primeiro, é preciso considerar que o país atravessa sua mais grave crise econômica, estatisticamente documentada. A perspectiva é que a recessão deverá aprofundar-se ainda por muito tempo.

Evidentemente, esta crise econômica tem um impacto direto sobre a deteriorando. Os cortes nos gastos públicos estão deturpando ainda mais as verbas oficiais destinadas à educação.

Dentro deste quadro, a bandeira do congelamento das anuidades, levantada nacionalmente pelo Movimento Estudantil, tem o sentido político de luta pelo ensino público e gratuito. Porém, o momento que vivemos exige de nós a definição de alguns princípios na discussão de alternativas para a Universidade. Eu enumeraria 4 princípios básicos que norteiam nossas discussões:

1 — SOLIDARIEDADE NA COMUNIDADE: é preciso reconhecer que há conflito de interesses entre professores, estudantes e funcionários. Contudo, tais conflitos não devem se transformar em antagonismo, o que exige da parte de todos os segmentos uma compreensão clara de que a política econômica oficial e a desobrigação do Estado frente à educação é que estão no fundo de nossos problemas;

2 — VIABILIZAR O PROJETO EDUCACIONAL DA PUC: isto significa fundamentalmente a reivindicação de um padrão de qualidade de ensino e o avanço no processo de democratização da PUC;

3 — NENHUM ALUNO FORA DA PUC: existem estudantes sem condições de pagar o elevado custo da educação. Eles só poderão manter-se aqui caso a Universidade assegure um volume relativamente expressivo de bolsas de estudo;

4 — ASSEGURAR OS DIREITOS TRABALHISTAS FUNDAMENTAIS, tanto de professores como de funcionários, especialmente no que diz respeito ao pagamento verdadeiramente em dia (e não apenas todo dia quinze) e também no direito à estabilidade no emprego.

Estes princípios exigem uma política de realismo e criatividade. A verdade é que todos estamos pagando a crise brasileira, independentemente de nossa responsabilidade sobre o modelo e a política econômica. Apesar disso, precisamos ter clareza política para, de um lado, continuar lutando pelo Ensino Público e Gratuito e, por outro lado, continuar viabilizando a Universidade e a solidariedade, em qualquer condição.

Portanto, os estudantes precisarão pagar os estudos na Universidade com um índice de reajuste que seja realista. Do meu ponto de vista o congelamento da 1ª parcela representou uma vitória dos estudantes e da comunidade, no que se refere à questão do Ensino Público e Gratuito. Mas, em contrapartida, é absolutamente improcedente se imaginar que possamos viabilizar a PUC — a solidariedade da comunidade, o “nenhum estudante fora da PUC”, e os direitos trabalhistas — se se mantiver a proposta do congelamento.

As discussões devem ser desenvolvidas na direção da procura de um índice que contemple as aspirações estudantis e também os outros interesses da Universidade. Além disso, qualquer que seja esse índice, levando-se em conta o congelamento da primeira parcela, ele será menor para este semestre do que aquele que foi fixado pelo Conselho Estadual da Educação de S. Paulo, isto é, 49%.

O momento exige um exercício de política, que consiga superar os limites do corporativismo.

Finalizando, ressalto que a posição da APROPUC, pelo conjunto dos professores, acerca da nossa problemática atual, será definida numa Assembléia, dia 3/8, 20 horas, sala 239”.

ALOISIO MERCADANTE OLIVA
Coordenador da APROPUC

DCE

“Nas filas de matrícula, no Conselho de Centros Acadêmicos, nas reuniões com a APROPUC e AFAPUC, o DCE tem manifestado sua preocupação com a viabilização da PUC através da unificação da comunidade em torno da luta por mais verbas, cuja falta tem afetado profundamente a qualidade do ensino que recebemos.

Reconhecemos que, dentro do quadro caótico do sistema educacional brasileiro, a PUC é uma das melhores instituições. Mas ela ainda deixa a desejar. Ficamos preocupados quando verificamos que apenas 10% dos professores realiza pesquisas, quando vemos a falta de condições de nossos laboratórios (basta lembrar por exemplo, que peças do laboratório de anatomia vêm sendo usadas há 4 anos...).

Tendências ao corporativismo devem ceder a esta luta comum. Devemos evitar atitudes expressas em termos do tipo: “professores e funcionários querem seus salários e os estudantes não querem pagar”. Acreditamos que na PUC não há interesses antagônicos. A raiz do nosso problema comum esta fora dos muros universitários. O que nos une é a viabilização do projeto educacional, a democratização, a luta pelo ensino público e gratuito. Daí a necessidade de se unir a comunidade universitária e se apontar o responsável principal. O próprio gen. Ludwig, quando ministro do MEC disse que enquanto professores, funcionários e estudantes brigassem, seria ótimo para eles. Esta situação dá a dimensão política da luta por mais verbas para a PUC.

Sabemos que o que se passa aqui é reflexo do momento político-financeiro do Brasil. Arrocho, pacotes caindo sobre o trabalhador, inflação diretamente universidade, os salários de professores e funcionários e também afetam as condições de os estudantes pagarem seus estudos.

Sobre este terreno têm avançado as nossas lutas. No 1º semestre a luta estudantil avançou através do Encontro da Comunidade, do congelamento da mensalidade de julho, da defesa dos salários dos professores e funcionários. Mas a luta não deve ser economicista: ela deve representar um avanço político. Assim, cada categoria deve reivindicar seus direitos — congelamento das mensalidades, salários justos — e direcionar estas questões para o MEC.

O DCE vai lutar pelo congelamento das mensalidades neste 2º semestre. Esta é a única bandeira que assegura a permanência dos estudantes aqui dentro. Enquanto entidade que representa o conjunto dos estudantes, o DCE não vai criar discriminação dentro da categoria, mas vai lutar pelo todo. Ainda outra questão central se refere à manutenção das bolsas de estudo para os que já a têm e a ampliação para novos pedidos no 2º semestre. O que os estudantes não podem é arcar com a crise geral do ensino e com o ônus da PUC. O atual corpo discente não foi o responsável pela criação de toda esta situação.

Quando às verbas, elas devem vir de encontro às reivindicações dos 3 segmentos da PUC. Concretamente sugerimos que a comunidade (Reitoria inclusive) solicite do Governo do Estado a anistia ou o congelamento da dívida junto ao BANESPA, além da assinatura de convênios junto a Secretarias de Estado onde se favoreça a pesquisa e os serviços.

Sugerimos ainda — e para isto passaremos nas salas já no 1º dia de aula — que em 29 de agosto se faça uma passeata até a Delegacia Regional do MEC, bem como uma ida ao MEC em Brasília, para reivindicar a antecipação da verba de Cr\$ 190 milhões que ainda faltam chegar este ano para a PUC. Reivindicaremos ainda uma verba suplementar destinada a cobrir o reajuste salarial de professores e funcionários. A aplicação destes recursos seria presidida por uma comissão paritária integrada pelos segmentos da nossa comunidade. Finalmente, queremos exigir que serviços à sociedade, como o Hospital de Sorocaba, a DERDIC, a Clínica Psicológica, etc, sejam assumidos pelo Governo como de utilidade pública. O principal de tudo é que o estudante não seja o único responsável por cobrir os custos da PUC”.

LUCIA KITAGAWA (vice-presidente do DCE)

AFAPUC

“Durante as negociações realizadas em final de junho, os funcionários não se manifestaram. A AFAPUC, considerando que os funcionários são propriamente a classe operária da PUC, apenas exigiu que as decisões das negociações não incidissem na alteração ou atraso dos nossos salários.

Ao longo de todo o mês de julho, os funcionários fizeram assembleias e houve consenso de que cabia à AFAPUC garantir junto à Reitoria o reajuste de 100% do INPC para nossos salários, bem como seu pagamento em dia.

Quanto a outro tipo de propostas, fica difícil o funcionário participar: nas reuniões foi colocado com clareza, e várias vezes, que estas questões devem ficar entre a Reitoria e os estudantes. É difícil ao nosso segmento em seu conjunto perceber em que medida as negociações havidas entre eles têm reflexo sobre nossa vida. Em todo caso, ficou decidido ainda que os funcionários ficarão em assembleia permanente neste início de semestre, para poderem tomar posição rapidamente.

Sobre a situação dos estudantes, penso que inadimplentes sempre haverá. Considero bom o trabalho da Comissão que analisou cada caso porque, dos Cr\$ 400 milhões em mensalidades atrasadas, boa parte pôde ser paga. A negociação realizada foi bastante frutífera e é justo qualquer movimento em prol de verbas. Contudo, deve haver maior senso de realidade das coisas pois enquanto as verbas não vêm, é inevitável o repasse para as mensalidades dos índices de reajuste dos salários.

A nosso ver, o congelamento das mensalidades é totalmente absurdo, fora da realidade. No dia do pagamento, os funcionários e professores têm que receber, o que não acontecerá se as mensalidades reajustadas não forem pagas. Boa parte dos funcionários ficou preocupada quando se soube que com o congelamento da mensalidade de julho, a PUC teria perdido cerca de Cr\$ 200 milhões, o que poria em risco a pontualidade do nosso pagamento.

Por outro lado, acredito que o índice de reajuste das mensalidades, proposto pelo MEC é muito alto, quase insuportável para muitos alunos. O saldo da 1ª negociação pode ter sido uma vitória política de um grupo de estudantes mas também é verdade que nem todos precisam de Cr\$ 13 mil em bolsa. Este critério de atribuir esta importância a todos é até certo ponto injusto.

É preciso considerar ainda que a PUC é uma empresa de educação com um projeto novo. Muita gente não quer ver esta Universidade como uma empresa mas ela o é, embora existam formas empresariais mais ou menos humanas. A PUC caminha para ser uma empresa com características diferentes das outras, devido à sua organização, por sua abertura democrática conseguida pela Reitoria.

Uma saída que vejo neste momento é tentar fazer a cabeça dos órgãos do governo e das entidades financeiras. Se a PUC presta tantos serviços à comunidade, eles devem ser cobertos pelo governo. Se não houver ajuda de fora, vai chegar um ponto em que não será mais possível rolar nossa dívida. Se houver alguma esperança de administrar este déficit, aí então ganham sentido medidas complementares, saneadoras das finanças e da administração”.

José Tarcísio Carvalho Neves
Presidente da AFAPUC

Trocando em Miúdos

Conjuntura Econômica

"Qual será o déficit da PUC neste ano?". Pois esta pergunta é repetida muitas vezes, todos os anos, por toda a comunidade universitária. Pergunta puxa pergunta e logo se quer saber a fórmula de "rolagem" desse déficit de um exercício para o outro; quais as medidas administrativas e financeiras tomadas para evitar o colapso; quais as fontes

DÉFICIT

Como a nossa Universidade realiza o milagre de fechar um ano no vermelho e continuar funcionando? Só para se ter uma idéia, a evolução do nosso déficit tem sido:

ano	milhões
1980	Cr\$ 78,5
1981	Cr\$ 278,1
1982	Cr\$ 506,9
1983	Cr\$ 1.478 (previsão)

Prof. Marcos informa que o "tratamento de choque" dado aos déficits tem sido duplo: de um lado, injeções de empréstimos bancários (que sempre trazem infecções violentas representadas pelos altos juros); de outro lado, toma-se de empréstimo temporário o dinheiro advindo das taxas de inscrição para o Vestibular, que entra em setembro. Enquanto isso, vai-se enrolando (ou rolando) o paciente com um poderoso jogo de cintura frente aos fornecedores, pagando-se alguns e atrasando-se outros e vice-versa.

No fim-do-ano o déficit se acumula diante da exigência do pagamento do 13º salário a professores e funcionários. Ai entram os "empréstimos-ponte" dos bancos - cada vez maiores - até que em janeiro entra o dinheiro das matrículas e das mensalidades atrasadas. Esta dívida, em boa parte tem aumentado devido aos juros: em 1982 foi paga - em juros, multas por atraso de pagamento dos encargos e correção de débitos - a quantia de Cr\$ 299,9 milhões.

VERBAS

As entidades reclamam por mais verbas oficiais e defendem uma política mais

agressiva da PUC. Pelas informações que foi possível obter, a presença do governo em nossos orçamentos tem sido muito oscilante. Segundo o prof. Severino, "em 1962; AS VERBAS FEDERAIS COBRIAM 76% do orçamento da PUC". Contudo, segundo o assessor financeiro Ary Silvério, em 1983 a estimativa é que as verbas da MEC cobrirão apenas 2,7% do orçamento de custeio da PUC.

No ano de 1977, as verbas representaram 5,6% do orçamento (ou Cr\$ 11 milhões), sendo que esta porcentagem foi caindo até 1979, quando as verbas cobriram apenas 1,6% do orçamento de custeio, voltando a experimentar lento crescimento até o presente ano, quando voltaram a decair:

ano	% de verbas	valor (milhões)
1980	2,6%	Cr\$ 27
1981	3,1%	Cr\$ 66
1982	3,3%	Cr\$ 162
1983	2,7%	Cr\$ 275

ORÇAMENTO-PROGRAMA

O Orçamento-Programa, em fase de implantação, é uma tentativa de racionalizar a administração, através da informação dada a cada setor sobre suas receitas e possibilidade de gastos. No presente ano, os dados fornecidos pelas próprias unidades estão sendo sistematizados pelo CAF (Conselho de Administração e Finanças), para que se tenha pronto em novembro o Orçamento Programa.

Até agora o orçamento da PUC vinha sendo feito pela simples atualização dos dados, baseada nos índices oficiais da inflação, o que dava uma base conservadora e pouco ágil para uma política de plane-

de recursos da PUC e como eles são gastos; quais as repercussões da crise brasileira dentro desta Universidade.

Algumas pistas para as respostas vão abaixo, fornecidas pelo Vice-Reitor Administrativo, prof. Marcos Masetto e por outros setores da administração.

jamento administrativo. O Orçamento-Programa pretende possibilitar maior previsão e controle de custos.

Segundo Prof. Marcos, a nova metodologia trará pelo menos 2 ganhos:

- a conscientização de cada unidade sobre seu custo frente à Universidade;
- a base para discussão das possibilidades de modificação de atividades.

Pretende-se assim, começar um planejamento realista e participado para a vida de cada setor.

ESTUDANTE COBRE...

As mensalidades pagas pelos alunos representaram em 1982 o percentual de 72,6% de toda a receita da PUC. O resto dos recursos entrou sob forma de verbas federais e estaduais, convênios para pesquisa, pagamento dos concessionários (restaurante, estacionamento, livrarias).

Com respeito à despesa total da PUC (que, como se viu, é maior que a receitas), as mensalidades pagas pelos estudantes cobrem apenas 63,9%.

E AGORA?

Para "tourear" esta situação, a Vice-Reitoria Administrativa vem tomando uma série de medidas. A criação do CAF (Cons. Admin. e Finanças) ajudou a envolver grande número de pessoas que trouxeram novos enfoques e informações, gerando um início de experiência de gestão colegiada. Outra medida foi a criação da Comissão Geral de Compras, que estabeleceu critérios e prioridades para a compra de material de para a execução de obras.

Para prof. Marcos, "a solução e equacionamento de problemas administrativos ajuda, embora não resolva o problema financeiro da PUC. É preciso que o gover-

no dê as verbas necessárias para custeio.. Além disso, é preciso que sejam resolvidos os dois pontos nevrálgicos de geração de déficit, que são o Centro de Sorocaba e o Pós-Graduação".

Marcos informa que em 1982 o Pós apresentou um déficit de Cr\$ 400 milhões e que para superá-lo haveria necessidade de valorizar o setor junto às agências de financiamento de projetos, já que no Pós há um trabalho científico muito sério, capaz de motivar investimento oficiais.

Quanto a Sorocaba - Cr\$ 600 milhões de déficit em 82 - "é preciso exigir que o Governo Estadual retome a ajuda que prestava à Faculdade, devido a seus amplos serviços de saúde a toda a região".

REAJUSTE

Ainda não foi definido o índice de reajuste da semestralidade dos alunos da PUC. O MEC já fixou o teto de 58,05%, mas nesta Universidade o índice final será objeto de negociação.

Apenas para efeito de raciocínio, caso seja adotado aqui o índice do MEC, em função do congelamento da 1ª parcela, de julho, na PUC resultaria num reajuste menor, de 48,5% incidente sobre a 2ª semestralidade.

Este reajuste de 48,5% permitiria a entrada de um montante de recursos que não daria margem a grandes liberalidades. A Reitoria está se comprometendo a manter o reajuste de 100% do INPC para os funcionários de tempo integral que recebem até 3 salários mínimos e também a concessão de bolsas-de-estudo para os estudantes realmente carentes. Mas tudo está na dependência do INPC, que ainda vai ser fixado. Se ele for mais alto que o esperado, até estas duas alternativas vão ser irrealizáveis.

Quanto Custa um Bom Ensino?

Nos últimos anos a PUC tem investido decididamente na qualidade do ensino. Em consequência, os professores permanecem mais tempo na Universidade, aderem com mais seriedade e segurança à carreira docente, estudam e pesquisam mais, preparando melhores aulas e construindo novos conhecimentos.

"O objetivo principal da PUC não tem sido o lucro", afirma o prof. Severino, Vice-Reitor Acadêmico. E prossegue: "mais importante para nós é a performance desta instituição na área do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços. Esta qualidade tem um preço, um custo financeiro, a performance financeira não é meta prioritária mas é condição de sobrevivência do Projeto Educacional da PUC".

Abaixo, a situação e a evolução de alguns índices relativos ao ensino e à pesquisa na PUC, através de informações fornecidas pela Vice-Reitoria Acadêmica.

REGIME DE TRABALHO

Desde o início de sua gestão, a atual Reitoria procurou mudar o tipo de contrato para os docentes. Pretendia-se maior presença do professor na Universidade, de tal forma que ele deixasse de ser mero "doador de aula". Assim, incentivou-se o tipo de contrato de Tempo Integral e Tempo Parcial, mais que de Hora-Aula.

Enquanto que o professor de Hora-Aula apenas se compromete com o trabalho realizado dentro de sala, os

docentes com contratos de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP) recebem remuneração para - além das aulas - exercer atividades de pesquisa, reuniões pedagógicas, atendimento aos alunos, preparação de aula, etc. Estes dois tipos de contrato oferecem melhores condições para o exercício do ensino mas são mais "caros" do ponto de vista econômico.

Assim nos últimos 8 anos houve decidida transformação nos tipos de contrato dos professores. Em 1976, a

PUC tinha 51,6% (ou 485) dos professores em regime de Hora-Aula e 48,4% (ou 455) em TP e TI. Já em 1983, 82,7% (ou 1.248) professores trabalham em regime de TP e TI e apenas 17,3% (ou 261) em regime de Hora-Aula.

Apesar de algumas distorções (como o não-cumprimento do horário), no geral as alterações de contrato representam decidido investimento na qualidade de ensino. Se a PUC tivesse professores apenas do tipo Hora-Aula, mesmo pagando o valor máximo por aula (Cr\$ 3.838,00), a folha de pagamento da área docente seria a metade da atual.

APOIO À PESQUISA

Em 1983 a PUC destinou para atividades de pesquisa a quantia de Cr\$ 170 milhões, distribuídos entre 120 professores que realizam pesquisa institucional e também para fins de titulação (mestrado, doutorado, etc). O apoio à pesquisa dos professores é feito de duas maneiras:

- 1 - computando-se esta atividade dentro do total de suas horas contratuais
- 2 - atribuindo-se uma bolsa-pesquisa anual, independente do tipo de contrato, e que é reajustada da mesma forma que o salário.

O Conselho de Ensino e Pesquisa, colegiado que regulamenta a matéria, decidiu-se pela extensão da bolsa-pesquisa a todo projeto novo aprovado por ele. Desta forma, evita-se que os encargos sociais incidam sobre a pesquisa até então embutida no contrato do docente e também sobre a PUC, enquanto empregador. Desta forma, gera-se uma economia de recursos (em 83 ainda foram gastos Cr\$ 23 milhões com encargos sobre pesquisas) que podem vir a financiar novos projetos.

Uma outra forma de apoio à pesquisa é o desconto de 35% sobre os créditos, concedido aos professores que cursam Pós-Graduação na PUC.

CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Na PUC se percebe a íntima relação entre a carreira docente e a melhor qualificação e dedicação do professor à universidade. Assim, quanto mais o professor tiver condição de ascender na carreira, maior será sua segurança profissional e melhor será o ensino que ministrará.

A carreira docente tem vários graus, dependendo dos títulos que a pessoa

Trocando em Miúdos

consegue através das pesquisas que realizou. O estágio inicial, de Auxiliar de Ensino, não é considerado integrado à carreira mas um tempo de treinamento e preparação das pesquisas. Uma vez obtido o grau de Mestre, o docente já pode fazer parte da carreira.

Em 1980 havia 286 professores no quadro de carreira, ao passo que em 1983 já são 428 docentes nesta situação, representando 28,4% do total do corpo

docente. Esta proporção é considerada alta no quadro das universidades brasileiras e deverá aumentar ainda mais pois há 118 professores já titulados, recém-contratados, que mediante a realização de concurso interno deverão integrar nosso quadro de carreira. Por outro lado, 52,2% do corpo docente (ou 788 professores) ainda estão na condição de Auxiliar de Ensino.

A qualificação do corpo docente tem

seu custo, pois à medida que ascende na carreira, o salário do professor também aumenta. Assim, como consequência do ingresso na carreira, em 1982 a cada mês houve um aumento real de Cr\$ 1,7 milhão na folha de pagamento e em 1983 esta quantia subiu a Cr\$ 3,2 milhões.

ALUNOS POR SALA

Um grande custo financeiro advém do compromisso da PUC de manter como

padrão máximo o número de 50 alunos por sala. O Vice-Reitor Acadêmico informa que as excessões que existirem decorrem de medidas tomadas à revelia da Reitoria e do Conselho de Ensino e Pesquisa.

É óbvio que fica muito mais lucrativo entulhar uma sala com 100, 200 estudantes e colocar esta massa nos ombros de um único professor. Não tem sido esta a opção da PUC.

Perfil da Carência

O congelamento das mensalidades de julho funcionou como uma "bolsa-de-estudos compulsória", que beneficiou a quem pediu, a quem não pediu e a quem não precisava e prejudicou a quem precisava.

Com os recursos para o congelamento foram tirados do

RENDA FAMILIAR

Já se chegou a afirmar, no calor das discussões, que "todos os estudantes são carentes". Embora valha como colocação política, a afirmação precisa ser verificada, pelo menos na PUC.

No início deste ano foi feita uma pesquisa junto a 4.051 de nossos calouros, efetivamente matriculados. Surgiram algumas informações sócio-econômicas interessantes:

- a renda familiar mensal, numa média simples, de nossos estudantes é de 10,34 salários mínimos.

- apenas 3,4% da família dos entrevistados recebe menos de 2 salários mínimos

- acima de 4 salários mínimos de renda familiar é quanto cabe a 77,1 dos entrevistados

- por sua vez 25,6% dos entrevistados participavam de uma renda familiar superior a 14 salários;

- 16,1% tinham uma renda familiar acima de 18 salários

- 8,2% dos calouros entrevistados tinham uma renda familiar acima de 23 salários.

Assim, pode-se ter uma idéia de quantos estudantes da PUC enfrentam dificuldades para pagar os estudos e também quantos não são "tão carentes".

BOLSAS DE ESTUDO

Desde 1977 vem sendo posta em prática uma política geral de bolsas que se caracteriza pelo aumento de recursos destinados ao atendimento de um número cada vez maior de estudantes.

Na PUC há dois sistemas de bolsa: bolsa-empréstimo e bolsa-doação (mais procurada). Para bolsa-empréstimo a Universidade tem um fundo próprio e os valores são re-embolsados 3 anos após a formatura do interessado. Pois somados os dois tipos de bolsas, temos uma idéia das evoluções:

ano	nº de contemplados
•1979	1.850
•1980	1.937
•1981	1.929
•1982	3.273
•1983 (1º sem.)	1.479

No primeiro semestre/83, o Setor de Bolsas distribuiu Cr\$ 82,8 milhões em

Fundo de Bolsas, fica o problema do prosseguimento de uma política de bolsas, neste 2º semestre.

A luta por um ensino público e gratuito não resolve as urgências dos alunos que realmente não têm recursos para pagar seus estudos e precisam assim de bolsas. Como é que fica?

bolsas. O congelamento da mensalidade de julho representou uma doação geral no valor de Cr\$ 245 milhões (ou Cr\$ 13 mil por estudante), somados à verba do 1º semestre. Esta última quantia representa o equivalente a 1.140 bolsas integrais de um semestre.

Fica o problema. Na verdade, o congelamento — desse ponto de vista — não refrescou a situação de quem não precisava e tornou a dificuldade daqueles estudantes que têm renda familiar baixa. Como viabilizar o slogan "nenhum estudante fora da PUC"?

EVASÃO ESCOLAR

Dados do Vice-Reitor Acadêmico, prof. Severino: são infundadas as afirmações de que é alto o índice de evasão na PUC devida a problemas financeiros. Segundo Severino, "os dados dos 3 últimos anos apenas confirmam o índice médio de evasão que sempre ocorreu nesta universidade, ou seja entre 10 e 15% (em 1981 a evasão foi de 15% e em 1982 foi de 11,2%. Para 1983 prevê-se evasão inferior a 10%). Inclusive, nem sempre as razões da evasão são financeiras".

Severino chama atenção para os múltiplos casos de reabertura de matrícula,

o que diminui ainda mais a taxa de evasão.

COMISSÃO DE RENEGOCIAÇÃO

Uma das decisões negociadas em junho foi a formação de uma Comissão (com 50% de estudantes) que estudou em julho cerca de 544 pedidos de renegociação dos débitos de estudantes com a PUC.

O procedimento habitual da Comissão foi conceder o re-parcelamento da dívida, ao longo deste 2º semestre. A Comissão não tem poderes para considerar os inúmeros pedidos de anistia total de dívidas.

Razões mais frequentes para o não-pagamento das mensalidades do 1º semestre: desemprego, morte do pai, casamento, aumento das prestações da casa própria, dificuldades do aluno se manter sozinho.

A Comissão ainda não terminou seus trabalhos, que levaram em conta caso a caso. Algumas das dificuldades foram a falta de infra-estrutura, demora na entrega da documentação, localização dos alunos para entrevistas. Contudo, espera-se para breve um relatório completo das atividades e decisões desta Comissão.

Princípios da Reitoria

1. Continuidade do processo de democratização
2. Viabilizar a oferta de bolsas para aqueles que realmente não têm condições
3. Reajuste de 100% do INPC para os funcionários de tempo integral que recebem até 3 salários mínimos.
4. Manter o padrão pedagógico de no máximo 50 alunos por sala

5. Garantia de estabilidade no emprego para professores e funcionários
6. Pagamento em dia dos salários
7. Manter a possibilidade de avanço na carreira docente e administrativa
8. Implementação da política de pesquisa e prestação de serviços.

Responda se Puder:

- Como é possível garantir o "nenhum aluno fora da PUC"?
- O preço da qualidade de ensino?
- Para que serviu o congelamento de julho?

- Como evitar o arrocho dos salários?
- Até onde vai a participação da comunidade universitária? (confira alguns dados nesta edição e invente suas respostas)